

MENTIRA SE SOFISTICA; AGORA É “FAKE NEWS”

Raymundo Pinto¹

Noticiário internacional recente informa que, nos Estados Unidos, grandes empresas perderam a paciência com as principais redes sociais – Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp –, retirando delas seus anúncios, sob a alegação de que são por demais tolerantes com a divulgação de “fake news”, expressão da língua inglesa que vem sendo traduzida como “informações falsas”. Na verdade, hoje em dia há uma irrefreável tendência de dar-se preferência a termos estrangeiros até mesmo quando existe o equivalente no nosso idioma oficial. Ou então, buscam-se palavras mais leves (“light”) na tradução. Seria muito mais claro para o grande público afirmar-se que aquelas redes estão “espalhando mentiras”.

No Brasil, o interesse pelo assunto ganhou especial notoriedade desde a eleição presidencial de 2018. O candidato vitorioso, segundo insistentes notícias e fortes indícios, utilizou, em larga escala, a internet para propagar falsidades, fatos distorcidos e até ameaças. Tudo alcançava milhares ou milhões de pessoas, com a absurda multiplicação das mensagens por meio de um sofisticado sistema importado, tendo computadores e robôs como base. Ultrapassadas as eleições, descobriu-se que o presidente gostou da experiência, passando a usar o referido sistema no contato com seus seguidores e admiradores. Chegou a formar um grupo de sua estrita confiança, que ocupa um espaço no próprio Palácio do Planalto. Por causa do costume de ofender adversários e divulgar notícias falsas, logo o indicado setor passou a ser chamado de “gabinete do ódio”.

Como seria de se esperar, a oposição, sentindo-se incomodada, conseguiu criar, no Congresso Nacional, uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito justamente para investigar as chamadas “fake news” (denominação que, de tão repetida, tornou-se popular). Dois baianos a conduzem: senador Ângelo Coronel, presidente, e deputada Lídice da Mata, relatora. Ainda não há uma conclusão definitiva, mas foi intensa a repercussão do já apurado e divulgado, tendo provocado a instauração de inquérito no STF, sob a relatoria do Min. Alexandre de Moraes, que determinou algumas providências, incluindo prisões provisórias de supostos financiadores das ações criminosas.

¹ Raymundo Pinto, desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. racpinto@uol.com.br.
Publicado na Tribuna da Bahia de 8/7/20.

Não ficou só nisso. No dia 30 de junho p.p., o Senado Federal aprovou o PL – Projeto de Lei n. 2.630, que vai regulamentar a publicação de informações nas redes sociais, coibindo as falsas. Ainda falta ser votado na Câmara antes de seguir para a sanção presidencial, podendo haver vetos. Feito isso, receberá o pomposo título de “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet”. A discussão em torno do PL vem gerando opiniões as mais divergentes, desde os que defendem que a excessiva liberdade atual permite agressões e ofensas, sem nenhuma punição aos autores, aos que consideram o texto ora parcialmente aprovado uma forma de consagrar uma séria censura aos meios de comunicação, o que é inconstitucional.

Considero prematura qualquer posição a ser assumida na fase em que se encontra a tramitação do referido PL. Conhecida a redação definitiva da Lei – e se o Congresso não derrubar algum veto do presidente – aí surge o momento mais propício a fim discutir cada um de seus artigos. O fato a destacar é que constitui um absurdo continuar a extrema liberalidade existente atualmente. Aqueles que, sob o manto do anonimato, espalham “fake news” – ou melhor, deslavadas mentiras – têm de sofrer severas punições por força disso. Conforme já decidiu o STF, mais de uma vez, a liberdade de expressão não incluiu a de cometer crimes. O povo brasileiro, levando em conta que até as grandes empresas do maior país capitalista do mundo cansou de informações falsas, deve tomar consciência de que é preciso dar um basta, por meios legais, na facilidade com que são maculadas a honra e a dignidade das pessoas nas redes sociais.